

HISTÓRIA LOCAL EM SALA DE AULA: UMA PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA AS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Alveni Barros Vieira (Professora-UFPI)
Maria Goreth de Sousa Varão (Professora-UFPI)
Janaina de Moura Cavalcante (Aluna-UFPI)
Jéssica Priscila de Jesus Silva (Aluna-UFPI)

Introdução

No Brasil, o ensino de História nos primeiros anos do nível fundamental assenta-se na necessidade de construir (progressivamente) nas crianças e jovens a noção de identidade nacional e pessoal, bem como o sentimento de pertinência ao País (BRASIL, 1997). Constitui, também, uma importante estratégia educacional e educativa para que crianças e jovens, percebendo-se como partícipe e agente transformador da sociedade em que vive, possam conviver na cultura global sem enfraquecer os laços que os identificam como membros de uma comunidade, de uma região e de uma nação (BAUMAN, 2003).

São os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) que apontam os princípios norteadores para o ensino de História no Ensino Fundamental. Consta no referido documento as orientações didáticas, os eixos temáticos e os conteúdos a serem trabalhados nesse nível de ensino, além dos respectivos objetivos. A História Local e do cotidiano é apresentada como eixo temático proposta para o primeiro ciclo do Ensino fundamental que corresponde aos primeiros cinco (5) anos escolares, quando estimula-se a criança ao conhecimento do mundo pessoal, familiar e social.

Indubitavelmente, a valorização da História Local junto às crianças e aos jovens é o ponto de partida para esse processo de formação do cidadão, agente histórico, conhecedor de suas tradições culturais (MENDES, 2008). Somos concordes com o historiador português Silva (1998), quando ele afirma que a História Local pode contribuir, sobretudo, para a valorização da existência humana em pequenos espaços. Em suas palavras,

É neles [nos pequenos espaços] que cada um se insere e se realiza, integrado numa família e numa comunidade, comunidade que é simultaneamente resultado e fatora do mundo. Por isso o amor à terra pode constituir uma boa razão para a História Local, porque o amor é

mais perfeito e mais forte quando se apoia no conhecimento. Quem conhece a História da sua terra pode amá-la com mais consciência (SILVA, 1998, p.1).

A partir da ideia do autor, qual lugar constituiria um dos espaços privilegiado para a construção do conhecimento histórico local? Qual a melhor forma de trabalhar esses conhecimentos?

Dentro de uma perspectiva educativa formal, reconhecemos a escola como o espaço privilegiado para fins de socialização da criança e do jovem. Esta se apresenta como uma instituição de ensino assente na transmissão de conhecimentos de formas variadas (dramatizações, danças, desenhos, gincanas, brincadeiras de roda, leitura de livros, escrita de textos) a sujeitos diferentes (meninos, meninas, jovens, adultos, brancos, negros, pardos, ricos ou pobres).

No entendimento dos sociólogos franceses Vincent, Lahire e Thim (2001), a escola representa um papel determinante nas formações sociais. Trata-se de um espaço específico, organizado cuidadosamente para a educação de crianças e jovens, separada de outras instâncias sociais, cuja prática educativa encontra-se vinculada à existência de saberes objetivados, à sistematização do ensino, ao grafismo das palavras e à aprendizagem de regras sociais.

No cenário escolar, atribui-se ao (a) professor (a) a função de orientador (a), capaz de ajudar o educando a compreender o mundo que o cerca, ou seja, criar condições especiais para que os conteúdos pertinentes à socialização escolar possam desenvolver a consciência histórica no alunado (ORÍÁ, 1998). Todavia, nem sempre é possível ao (a) professor (a) desempenhar satisfatoriamente suas atividades educacionais no âmbito escolar, dentre outros motivos, por falta de materiais didáticos que subsidiem sua prática escolar cotidiana. Esta é a realidade do ensino da História Local nos primeiros anos do ensino fundamental, na cidade de Picos (PI).

Em contato prévio, com a Coordenação do Ensino Fundamental do Município de Picos (PI), ocorrido em meados do ano de 2012, constatamos a inexistência de qualquer material didático (livros, apostilas, jogos, mapas, etc) para o ensino de História no primeiro ciclo do ensino fundamental. Ao direcionarmos nossas atenções para algumas escolas particulares, também nos deparamos com a ausência de material didático específico, enquanto outras utilizam textos avulsos com informações fragmentadas e, por vezes, equivocadas.

Acreditamos que esse “desconhecimento” da História Local seja promovido, principalmente, pela falta de produções didáticas e, até mesmo, literárias na área direcionadas primordialmente aos professores do ensino fundamental dessa Cidade, ou pela ausência de obras paradidáticas que possam ser trabalhadas conjuntamente com os alunos.

Conforme pesquisas realizadas pela historiadora da educação Bittencourt (2008), apesar das críticas feitas por uma parcela de professores que consideram o livro didático como um obstáculo ao aprendizado, este permanece fazendo parte do processo de constituição do ensino escolar brasileiro, ainda exercendo um papel primordial na construção e legitimação dos saberes escolares.

Na prática, o livro didático tem sido utilizado pelo professor, independentemente de seu uso em sala de aula, para preparação de “suas aulas” em todos os níveis da escolarização, quer para fazer o planejamento do ano letivo, quer para sistematizar os conteúdos escolares, ou simplesmente como referencial na elaboração de exercícios ou questionários (BITTENCOURT, 2008, p.13).

Sendo o livro um instrumento de ensino e de aprendizagem amplamente utilizado pela maioria dos professores, sua ausência dificulta, sobremaneira, a transmissão de determinados conteúdos escolares, principalmente quando os conhecimentos a serem trabalhados são específicos de uma região, a exemplo da História e Geografia do município de Picos (PI).

Diante de tal realidade, professoras e alunos dos cursos de Letras e Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – Campus de Picos (PI) envidaram esforços com vistas a elaborar um projeto pedagógico de intervenção na realidade acima descrita, ou seja, promover uma ampla investigação a respeito dos aspectos culturais, políticos e econômicos concernentes à formação da sociedade picoense, de modo que se possa favorecer a produção de um conjunto de materiais didáticos subsidiadores do ensino de História Local no nível fundamental da educação escolar pública, quiçá particular, no município de Picos.

Picos: um município como temática de produções didáticas

Origem histórica

A colonização da região atualmente conhecida como município de Picos (PI) encontra-se diretamente relacionada às expedições de penetração dos *Sertões de Dentro* organizadas pelos criadores de gado da Bahia e do Pernambuco no século XVII, mais

especificamente com a expansão dos domínios territoriais dos senhores da *Casa da Torre de Tatuapara* situada na Bahia de Todos os Santos. Conforme Bandeira (2000) foi de lá que, por volta do ano de 1662 ou 1663, o capitão Garcia d'Ávila, seu filho Francisco Dias d'Ávila (II) e seus sócios Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra, penetraram na região que vai do rio São Francisco até o rio Parnaíba, limites atuais dos Estados do Piauí e Maranhão.

No parecer de Prado Júnior (1999), a escolha dessa região para criatório de gado vacum e cavalariço aconteceu, em parte, por conta de algumas condições geográficas características daquela área do Brasil colonial que facilitavam a penetração do homem sem o árduo trabalho do desmatamento.

[O sertão do Piauí] se constitui em largos chapadões de terreno mais ou menos unido e plano, e a vegetação, ao contrário das densas matas que bordam boa parte do litoral, e revestem outras áreas do território da colônia, é formada de uma associação florística que sem ser rasteira, é bastante rala para oferecer passagem natural franca, dispensando para a instalação do homem, quais quer trabalho de desbravamento ou preparo do território (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 61).

Antes da chegada dos colonizadores, a região que hoje encontra-se demarcada como municipalidade picoense era habitada pelo gentio da terra denominado de Acaroás. Todavia gentios de outras nações também transitavam pelo vale do rio Guaribas, onde posteriormente seria delimitada o município de Picos, sendo mais frequentes os índios das nações Gueguê e Jaicó. Sendo índios de corso, também os Acaroás (Acroás) trafegavam por outras ribeiras.

Segundo estudos realizados por Vieira (2011) acerca da educação escolar da criança indígena no Piauí colonial, os gentios que por ali circulavam, geralmente denominados pelos colonizadores de Tapuias, eram reconhecidos como índios de “língua travada”, bons cantores, guerreiros ferozes que desde cedo treinavam seus filhos para tornarem-se hábeis frecheiros, destros corredores e valentes na guerra. Também lhes ensinavam a nadar, caçar, pescar com espinhos e arcos e a pintar o corpo conforme pedia o ritual religioso (CHAVES, 1995).

As meninas, assim como os meninos, viviam nuas, mantinham longos cabelos que enfeitavam com plumagens coloridas de araras e tucanos. Com as mães adquiriam práticas de uma agricultura rudimentar do plantio, trato e colheita da mandioca, milho e

batata doce, aprendiam ainda a preparar e distribuir os alimentos, além de confeccionar alguns utensílios domésticos (CASTELO BRANCO, 1984).

Com relação aos primeiros colonos que se estabeleceram nas ribeiras do Guaribas, documentos do período nos permitem afirmar serem rendeiros que ali representavam os senhores que tinham a posse da terra. O padre André João Antonil (ou padre João Antônio Andreoni) confirma em obra por ele escrita e publicada no ano de 1711, que “[...] nestas terras [Piauí], parte os donos delas têm currais próprios, e parte são dos que arrendam sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro” (ANTONIL, 1711, p. 96).

A conquista do território e a instalação de um modo de vida rural tangenciado pela criação extensiva de gado vacum e cavalari e pelas lutas de posse da terra iriam imprimir um estilo de vida da população no Piauí colonial em que predominavam habitantes do sexo masculino em idade adulta e solteiros. Não obstante à miscigenação de negro casado com índia ou com mestiça; preto casado com mestiça e branco casado com índia, na lista nominativa dos moradores ou grupos domésticos, o número total da população infantil relacionada era mínima – 10 crianças, sendo 3 colunins, 5 mestiças, filhas de pai negro e mãe índia e 2 mestiças, filha de pai branco e mãe índia. Pela apreciação padre Miguel de Carvalho (1697, 1993, p. 17), “[...] vivem estes miseráveis homens vestindo couros e parecendo tapuias.”

Naquela sociedade isolada e de poucas criaturas, a fazenda de gado funcionava como o centro das relações sociais. Nas suas salas e varandas eram realizadas missas, batizados e casamentos, reuniões de cunho político, encontro de fazendeiros para negociar enlances matrimoniais entre os filhos, mas também negociar gados, índios e negros. Na casa da fazenda a bíblia era lida em voz alta por alguns membros da família que atendendo ao pedido da maioria detinham-se nas histórias do velho testamento, embora também falassem da “[...] Igreja, dos padres, dos sacramentos e sobre a noção de pecado, inferno e purgatório[...].” (CASTELO BRANCO, 2008, p. 95).

Também na Casa da Fazenda, a educação escolar se fazia acontecer, como parte da bagagem cultural que os colonos, provenientes de Portugal e mesmo de outras Capitâneas do Brasil, levaram para o Piauí. Conforme Vieira (2011), as crianças aprendiam as primeiras letras em casa, com as mães e quando essas não possuíam conhecimentos da escrita, da leitura e das contas, os chefes de família faziam esforços

para contratar professores das Capitâneas circunvizinhas: Maranhão, Bahia, Ceará ou Pernambuco, dependendo da região em que a fazenda estivesse localizada.

E assim, por conta da imensidão do espaço e das facilidades de penetração proporcionadas pela vegetação característica da caatinga nordestina, as imensas boiadas baianas espalharam-se pelo sertão do Piauí atraindo outros povoadores que aqui estabeleceram currais, sítios fazendas e primitivos núcleos populacionais que mais tarde iriam compor várias municipalidades, inclusive a de Picos (PI).

Conforme Vieira (2002), desde o surgimento de Picos como povoação no século XIX, esta se caracterizou como uma comunidade organizada a partir do criatório de gado onde, desde cedo, crianças aprendiam a trabalhar com o gado. Como tantas outras povoações do Piauí, aquela era uma comunidade onde “[aqueles que não eram vaqueiros desejavam ser. E todos eram, ou como profissão, ou como divertimento favorito, o esporte a que todos se consagram” (NUNES, 1973, p.36).

Em 11 de setembro de 1851, através da Resolução Civil n. 308, a Povoação dos Picos adquiriu um território paroquial para administrar com os seguintes limites:

Fica ereta em Freguesia a Povoação dos Picos do termo desta cidade, cujo Orago será Nossa Senhora dos Remédios e seu território compreenderá pelo lado da freguesia de Oeiras as fazendas Canabrava e Torta para cima ficando para esta Freguesia pelo lado de Valença até o Cabeço, sendo os limites da nova Freguesia com aquela de Valença pelo rio Guaribas acima o mesmo lugar, que sirva para com a de Oeiras, e pelo lado de Jaicós com a Ribeira do Riachão até a Fazenda deste nome pelo Riacho Santo Antônio até a Fazenda do mesmo nome, e pela ribeira do Itaim até a Fazenda Maria Preta (apud LEAL, 1955, p.55).

Na realidade, a Freguesia era uma forma primitiva de organização da vida em comunidade. No entendimento de Vieira (2002), esse modelo de organização político-administrativo era norteado pelas relações de poder existente entre a Igreja e o Estado, outrossim, a elevação de um povoado à Freguesia revela que, naquele período, os preceitos eclesiásticos tinham implicações concretas sobre o ordenamento de cada aglomerado humano indo desde o traçado espacial da localidade ao estabelecimento de regras para a conformação do comportamento social dos seus moradores.

Mais tarde, no ano de 1855, a sede da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios foi elevada à Vila, ficando seu território municipal com os mesmos limites estabelecidos anteriormente para a Freguesia. Nesse contexto, as atividades pastoris continuavam responsáveis pela economia e por influenciar a cultura local, todavia seus

habitantes já praticavam uma lavoura em grande escala, cujos produtos (milho, feijão, arroz, farinha, cana, cebola, alho, etc.) eram comercializados no dia de feira, principalmente (VIEIRA, 2002).

De acordo com parecer de Francisco Augusto Pereira da Costa, quando ocupava o cargo de Secretário da província do Piauí em fins do século XIX, a índole dos habitantes da Vila dos Picos poderia ser descrita da seguinte forma:

A índole do povo é boa, ordeiro, trabalhador e muito religioso, ressentido-se, porém da falta de instrução e civilidade, coisa aliás, em geral peculiar ao povo do centro do País. O habitante dessas regiões, representa quase sempre sem discrepância, o tipo do verdadeiro sertanejo: frugal, ignorante, religioso, não raro supersticioso e ingênuo, porém sincero, cortez, de palavra e caráter, honesto e sisudo. Para se ter uma ideia da boa índole desse povo, basta notar que se passaram anos sem que se instaurasse um só processo crime, e em que não há sessões de júri no município (COSTA, apud, REVISTA DOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES, 1955,p. 74).

Ainda em fins do século XIX, a Vila dos Picos ganha o título de cidade. Trata-se do período em que aconteceu o advento político da Proclamação da república no Brasil exigindo das autoridades um projeto de reorganização administrativa da nação diferente daquele que até então vinha predominando. Como observa Cury (2001),

Surgindo de um golpe militar, o governo provisório necessitava reordenar jurídica e politicamente o País. Este ator privilegiado acena com a Constituinte, mas enquanto poder fático decreta provisoriamente a república dos Estados Unidos do Brasil, nomeia presidentes provisórios nos agora Estados federados, derruba velhos símbolos e institui novos, e toma outras iniciativas como o fim do voto censitário e da vitaliciedade dos senadores (CURY, 2001, p. 70-71).

É, pois, nessa conjuntura de transição que a Vila dos Picos é elevada à categoria de cidade através da Resolução n. 33 de 12 de dezembro de 1890, e Foi indicado para exercer o cargo de intendente o Coronel Clementino de Sousa Martins, membro da elite política que comandava o Piauí desde os primórdios dos tempos imperiais (LIMA, 1990).

Por essa época, em que recebeu o título de cidade, Picos contava com uma municipalidade equivalente a 6.823km² de extensão. A sua sede, conforme descrição de Costa (1955), contava com:

[...] mais de cem casas cobertas de telhas, mal construídas e alinhadas, além de um grande número de choupanas. Tem um vasto e elegante templo reconstruído em 1871 pelo Padre Dr. José Antônio Maria

Ibiapina sobre a antiga e arruinada capela que existia o qual serve de matriz, um cemitério ao lado construído ao mesmo tempo, Casa de Câmara do Júri e um pequeno mercado, 10 lojas, 6 quitandas e uma Farmácia (COSTA, apud, REVISTA PIAUIENSE DOS MUNICÍPIOS, 1955, p. 73).

Picos permanecia, então, uma comunidade com características predominantemente rurais, sem feições similares às cidades mais desenvolvidas do país, situação comum a várias cidades do Estado, pois, como explica Tavares (2000), mesmo na capital do Piauí, no dia-a-dia, no trabalho, no lazer, ou seja, na vida cotidiana, a população convivía normalmente com aspectos da vida rural.

Descobrir as particularidades, mas também as pluralidades sócio culturais que se repetem e caracterizam a municipalidade de Picos (PI) nos primórdios de sua formação, constitui a finalidade principal do projeto descrito abaixo.

Um projeto educacional para toda a sociedade picoense

Investigar o processo histórico e cultural de formação e desenvolvimento da sociedade picoense; analisar, com rigor e criticidade, as informações obtidas através das fontes coletadas e sistematizar, didaticamente, conteúdos históricos de modo que possam ser utilizados na educação escolar das crianças do ensino fundamental, consistem no conjunto de objetivos por nós estabelecidos com a finalidade de dar uma organização metodológica ao projeto de pesquisa que tem como fim máximo a produção de material didático.

Por essa mesma razão e em cumprimento ao que exige os formulários para propostas de projetos de pesquisas acadêmicas na UFPI, indicamos as seis metas que pretendemos alcançar com o desenvolvimento do projeto, a saber: inventariar um conjunto de fontes documentais acerca do tema: formação e desenvolvimento da sociedade picoense; organizar um catálogo das fontes utilizadas nessa investigação; elaborar materiais didáticos como livros didáticos, paradidáticos, jogos eletrônicos e convencionais, a partir das informações históricas coletadas e analisadas; aplicar o modelo do material didático produzido em salas de aula do ensino fundamental tanto da rede pública como particular sujeitando-o aos pareceres de professores e alunos; divulgar textos escritos (decorrentes da pesquisa e da análise das fontes documentais, como também dos resultados da aplicação do material didático nas escolas), em

congressos nacionais e internacionais, principalmente, e lançar o material didático produzido no mercado editorial.

Reconhecemos que a produção de materiais didáticos no campo da história para o ensino fundamental é complexa e exige dos seus proponentes estudos profundos da história dos grupos de convívio nos diferentes níveis da vida coletiva (sociais, econômicas, políticas, culturais, artísticas, religiosas) e nas suas relações com outros grupos e com a sociedade nacional. Exige, também, conhecimentos específicos acerca da faixa etária e das condições sociais e culturais dos alunos, além de novos materiais (relatos orais, imagens, objetos, danças, músicas, narrativas, etc) que devem se transformar em instrumentos de construção do saber histórico escolar. Por essa razão, dividimos a execução desse projeto de pesquisa em quatro etapas:

Primeira etapa – Inventário das fontes documentais

- Identificação de livros, textos, mapas, fotografias, entre outros, que fazem referência à formação e ao desenvolvimento da sociedade picoense;
- Compilação de fontes iconográficas, manuscritas e impressas no museu Ozildo Albano (Picos), na Biblioteca da UFPI- Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, no Arquivo Público de Teresina, no acervo digitalizado do Arquivo Ultramarino de Lisboa.

Nessa primeira etapa da pesquisa almejamos fazer, também, a leitura das fontes, selecionando os conteúdos considerados mais adequados à proposta desse trabalho e organizando um catálogo dessas mesmas fontes.

Segunda etapa – Feitura do material didático

Na segunda fase, procuraremos discutir com a equipe de alunos e professores envolvida nessa pesquisa as informações obtidas através das fontes coletadas e, consentaneamente, procuraremos organizar os conteúdos históricos a serem utilizados na educação escolar das crianças do ensino fundamental, na forma de materiais didáticos, a saber:

Livros didáticos e paradidáticos;

Jogos eletrônicos educativos relacionados às temáticas do livro.

Terceira etapa – Aplicação do material didático nas escolas

Na terceira etapa da pesquisa, firmaremos acordos com dirigentes e professores de escolas públicas e particulares de Picos com propósito de que possam trabalhar com

o material didático por nós produzidos, em salas do ensino fundamental, para, no final do ano letivo, procederem à avaliação do material indicando o que deve permanecer e o que deve ser alterado e, se possível, recolhendo, também o parecer dos alunos.

Quarta etapa – Reestruturação do material didático e lançamento no mercado editorial

A última etapa do trabalho consiste na avaliação das sugestões inferidas pelos professores e alunos do ensino fundamental que tiveram acesso ao material didático. Feitas as possíveis correções, envida-se-á esforços com o propósito de lançar o material produzido no mercado editorial.

Atualmente, o projeto se encontra na primeira etapa do seu desenvolvimento que corresponde ao inventário e análise das fontes. Tal trabalho vem sendo feito, minuciosamente, por um grupo de seis alunas em que duas estão pesquisando as práticas culturais da farinhada, duas fazem o mesmo levantamento de dados sobre a moagem e duas sobre a vaquejada. O colhimento de informações tem-se realizado através de entrevistas semiestruturada com indivíduos e grupos familiares, cujas práticas culturais fazem parte da tradição. As informações apreendidas de forma oral são completadas por outras de igual valor compiladas em livros de reminiscências, poesias e literatura.

Considerações Finais

O que nos move na feitura de um trabalho tão complexo quanto a elaboração de materiais didáticos para o ensino de História Local nos primeiros anos do Ensino Fundamental é o fato de acreditarmos que o levantamento e sistematização de informações históricas locais (dos grupos de convívio) nos diferentes níveis da vida coletiva (sociais, econômicas, políticas, culturais, artísticas, religiosas) possam contribuir, sobremaneira, para o enriquecimento das atividades escolares desenvolvida no ensino de História no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, no município de Picos (PI). Quiçá possam também contribuir, como ressalva Bauman (2003, p. 48), para o fortalecimento não somente dos laços nacionais e regionais, mas dos laços “[...] comunitários, de vizinhança, de família e, finalmente, dos laços que nos ligam a uma imagem de nós mesmos”. Afinal, como reconhecer o outro se somos estranhos a nós mesmos?

Referências Bibliográficas

- ANTONIL, André João *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas etc.* Lisboa: 1711. Disponível: www.brasiliana.usp.br. Acesso em: 22 dez. 2012.
- BANDEIRA, Luis Alberto Muniz. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila- da conquista dos sertões a independência do Brasil.* São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade, a busca por segurança no mundo atual.* Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910).* Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia.* MEC/SEF: Brasília, 1997.v.5 (1ª a 4ª séries /1º e 2º ciclos).
- CARVALHO, Padre Miguel de. *Descrição do sertão do Piauí.* Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993.
- CASTELO BRANCO, Anfrísio Neto Lobão. *Mandu Ladino.* Teresina: Halley S.A., Gráfica e Editora, 2008.
- CASTELO BRANCO, Moysés. *O índio no povoamento do Piauí.* Teresina: Artes Gráficas, 1984.
- CHAVES, Joaquim. *O índio no solo piauiense.* Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Notícias das comarcas da Província do Piauí – Vila dos Picos. In: REVISTA PIAUIENSE DOS MUNICÍPIOS. Edição especial dedicada ao centenário de Picos. Teresina: Empresa Publicitária Piauiense, 1955. Ano 3, n. 6, julho/dezembro.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação e a primeira constituinte republicana. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988.* 2.ed. ver. E amp. Campinas(SP): Editora Autores Associados, 2001.
- LIMA, José Lavôr de. *Poesias e política.* Picos (PI): Tela Set Tipografia, 1990.
- MENDES, Anderson Fabrício Moreira. *Ensino e vivências: as apreensões da história local no cotidiano da sala de aula.* Disponível em: <<http://www.revistatemalivre.com/anderson09.html>>. Acesso em 15 fev. 2012.
- NUNES. Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí.* Rio de Janeiro: Artenova, 1973. (v. 1).
- ORIÁ, R. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico em sala de aula.* São Paulo: Contexto, 1999. P. 128-148.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* 6. reimpr. da 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SILVA, Antônio Ribeiro da. *História Local: objetivos, métodos e fontes.* Porto (Portugal): 1998. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer>. Acesso em 22.11.20021.
- TAVARES, Zózimo. *100 fatos do Piauí no século 20.* 3. Ed. Teresina: Halley, 2000.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. *A educação destinada a algumas crianças no Piauí (1730-1859)*. 2011. 168f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. *Educação e sociedade picoense: 1850 a 1930*. 202. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2002.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.